

## Anexo II - O PNPT e as Alterações Climáticas - ponto de situação

Cristina Garrett - DSOT / DGT

Novembro de 2018

(excerto do Reporte de atividades 2017/2018 da DGT como entidade coordenadora da Área Temática Integrar a adaptação no Ordenamento do Território" (AT OT) da ENAAC 2020)

### 1 PNPT 2007

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPT) em vigor constitui o instrumento de topo na arquitetura do sistema de gestão territorial do País, e foi aprovado por lei da Assembleia da República de 4 de Setembro de 2007, tendo estado em implementação no últimos 10 anos.

O PNPT estabelece, em concretização das opções europeias de desenvolvimento territorial e do quadro de referência europeu:

- a) As opções estratégicas de organização do território nacional e o modelo de estruturação territorial tendo em conta o sistema urbano, as infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos de defesa nacional e segurança pública, agrícolas, florestais, ambientais, patrimoniais e económicos, de exploração de recursos geológicos e de aproveitamento das energias renováveis;
- b) *As grandes opções de investimento público, com impacte territorial significativo, suas prioridades e programação, em articulação com as estratégias definidas para a aplicação dos fundos europeus e nacionais (Nº 2 artº 40 da Lei 31/2014).*

O PNPT define as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados -Membros para a organização do território da União Europeia (Artº 26 do DL 380/99 e Artigo 30.º DL 80/2015).

O PNPT estabelece ainda as opções e diretrizes relativas à conformação do sistema urbano/política de cidades, das redes, das infraestruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural (Nº 1 a), artº 28º do DL 380/99 e nº 1 a) do artº 32º do DL 80/2015).

O PNPT é constituído por um relatório e um programa de ação:

- O relatório define cenários de desenvolvimento territorial e fundamenta as orientações estratégicas, as opções e as prioridades da intervenção político-administrativa, em matéria de ordenamento do território, sendo acompanhado por peças gráficas ilustrativas do modelo de organização espacial estabelecido.
- O programa de ação estabelece (a) Os objetivos a atingir numa perspetiva de médio e de longo prazo, em consonância com as orientações estratégicas, as opções e as prioridades da intervenção político-administrativa definidas no relatório; (b) Os compromissos do Governo em matéria de medidas legislativas, de investimentos públicos ou de aplicação de outros instrumentos de natureza fiscal ou financeira, para a concretização da política de desenvolvimento territorial; (c) As propostas do Governo para a cooperação, no domínio do ordenamento do território, com as entidades intermunicipais, as associações de municípios, os municípios e as entidades privadas, incluindo o lançamento de programas de apoio específicos; (d) A

definição de prioridades e de hierarquias para as ações propostas, bem como a programação temporal da sua realização; (e) A identificação dos meios de financiamento das ações propostas; (f) O quadro de referência a considerar na elaboração, na alteração ou na revisão dos demaís instrumentos de gestão territorial; (g) O modelo de governação e a identificação das entidades responsáveis pela implementação das ações propostas, explicitando a necessária coordenação e articulação entre as diversas entidades; (h) Os indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a sua avaliação (Artº 33 DL 80/2015 ).

## **2 Avaliação do PNPOT 2007 e recomendações**

Em 2014 (terminado o período de vigência do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT, encontrando-se em fase de conclusão o Acordo de Parceria – Portugal 2020 e se inicia o novo ciclo de programação comunitário 2014-2020), foi realizado um processo de avaliação que envolveu uma rede de pontos focais de cerca de 60 organismos da administração pública, que nele colaboraram de forma estreita, evidenciando a latitude e a natureza transversal do PNPOT.

Das conclusões desse processo de avaliação resultou, entre muitas outras questões, o reconhecimento que “As políticas associadas à resposta às alterações climáticas ganharam, nos últimos anos, um ainda maior protagonismo face àquele que possuíam à data da elaboração do PNPOT. Em resposta aos atuais padrões, em grande medida estabelecidos a nível comunitário e que conformarão grande parte dos apoios financeiros até 2020, o Programa de Ação do PNPOT deverá ver reforçado o tratamento desta área de políticas públicas, sobretudo quanto à tradução territorial das medidas identificadas pelos diversos sectores no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada em 2010. Constituindo esta uma política de características fortemente intersectoriais, está interligada com outros problemas magnos, não só de ordenamento territorial (políticas para zonas costeiras, recursos hídricos, agricultura, florestas, gestão dos riscos, infraestruturas sociais, etc.), mas também no âmbito de muitas atividades económicas, incluindo a política energética, de transportes, de habitação ou de arquitetura e paisagem. O Programa de Ação do PNPOT carece, assim, no que se refere às alterações climáticas, de uma reorganização que confira o relevo adequado à estratégia de adaptação, em articulação com a vertente de mitigação” [PNPOT - Relatório de Avaliação, p. 307].

A avaliação da execução do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT coloca em evidência (a) o apoio financeiro da União Europeia até 2020 para ações relacionadas com as alterações climáticas (maioritariamente adaptação); (b) as medidas preconizadas na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020) e (c) a maioria dos setores definidos na ENAAC 2020, exceção feita à menção explícita dos setores saúde e biodiversidade. No entanto estes temas estarão eventualmente associados às infraestruturas sociais e à agricultura, florestas ou paisagem, respetivamente.

Resulta da avaliação da implementação do PNPOT 2007 uma recomendação específica relativa ao tema das alterações climáticas: necessidade de uma reorganização conferindo o relevo adequado à estratégia de adaptação, em articulação com a de mitigação.

## **3 Alteração do PNPOT**

A Resolução do Conselho de Ministros Nº 44/2016, publicada em 23/8, determinou a alteração do PNPOT incidindo em particular na elaboração de um novo Programa de Ação a 10 anos e de um novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização, “(...) considerando que esta atualização deve enfatizar a natureza programática do PNPOT e dar resposta às conclusões da avaliação efetuada, conferindo especial atenção ao Acordo de Paris, de dezembro de 2015, sobre Alterações Climáticas...” (Preâmbulo RCM 44/2016)

O processo de alteração do PNPOT é coordenado pela DGT e por uma equipa técnica constituída por representantes da APA, ICNF e CCDRs, e é acompanhado por um sistema de Pontos Focais (representantes de entidades da Administração Central) e por uma Comissão Consultiva constituída por representantes de entidades representativas de sectores de actividade económica e da sociedade civil.

Ao longo dos trabalhos técnicos e dos seminários realizados no âmbito do processo, a temática das alterações climáticas teve uma presença significativa, sendo considerado que no quadro do diagnóstico deveria ser abordada de forma integrada nos diferentes temas caracterizados, não só do domínio ambiental como dos domínios social e económico.

A proposta foi aprovada em Conselho de Ministros de 13/7/2018 e encontra-se agendada para discussão na Assembleia da República para 3/12/2018.

#### **4 Consideração das alterações climáticas na alteração do PNPOT - diagnóstico**

Para suportar o significado das alterações climáticas para o território e para as tendências de evolução dos diversos domínios abordados no diagnóstico, procurou-se avaliar o impacto dos cenários globais aplicados ao território nacional, procurando ter indicação do sentido que tomam algumas variáveis no território (com diferentes níveis de incerteza consoante as opções dos cenários, os modelos aplicados, e a escala a que se faz a territorialização)<sup>1</sup>:

##### **TEMPERATURA:**

Aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal até ao fim do século XXI; no continente, é expectável um aumento da temperatura máxima no Verão entre 3°C na zona costeira e 7°C no interior, acompanhados por um incremento da frequência e intensidade de ondas de calor; nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira os aumentos da temperatura máxima deverão ser mais moderados, entre os 2°C e os 3°C na Madeira, enquanto para os Açores os aumentos estimados são entre 1°C e 2°C.

##### **PRECIPITAÇÃO:**

Quase todos os modelos analisados preveem redução da precipitação em Portugal continental durante a Primavera, Verão e Outono. Um dos modelos de clima prevê reduções da quantidade de precipitação no continente que podem atingir valores correspondentes a 20% a 40 % da precipitação anual (devido a uma redução da duração da estação chuvosa), com as maiores perdas a ocorrerem nas regiões do Sul. Na Madeira, estima-se igualmente uma importante redução da precipitação anual, até cerca de 30 % bem como alterações significativas na sua variabilidade interanual e sazonal, circunstâncias agravadas pela limitada capacidade de retenção hídrica dessa Região. Nos Açores prevêem-se alterações do ciclo anual da precipitação sem grande impacto nos valores totais.

Embora não se disponha de quantificação exata que permita estimar os impactos dos eventos meteorológicos extremos e das tendências verificadas nos últimos anos relacionadas com alterações climáticas, Portugal tem estimativas que apontam para 60-140 milhões de euros de custos anuais associados aos incêndios florestais, tendo a seca de 2005 (a mais grave deste século) custos estimados em cerca de 290 milhões de euros e a seca de 2012 prejuízos sobretudo ao nível das quebras de produção agrícola, com custos previsionais estimados em 200 milhões de euros. A meados de 2017, já se antecipam problemas semelhantes, sobretudo no sul do país.

---

<sup>1</sup> Fontes de informação: Portal do Clima; estudos SIAM I e SIAM II; projectos AdaPT; projeto CIRAC; FCUL - Instituto Dom Luiz e CE3C.

A ponderação dos efeitos das alterações climáticas – aumento da temperatura, redução da precipitação, subida do nível do mar, aumento de fenómenos climáticos extremos – sobre os sistemas territoriais foi considerada fundamentalmente sob duas perspetivas:

- Os efeitos de majoração ou minoração de perigos ambientais, em particular: inundações fluviais (cheias rápidas e cheias progressivas); inundações por galgamento costeiro; suscetibilidade ao incêndio rural; ondas de calor;
- Os efeitos possíveis sobre os ecossistemas e espécies com interesse de conservação, as actividades agrícola e florestal e as comunidades rurais e urbanas.

#### Majoração da suscetibilidade a perigos ambientais

*“Os perigos naturais, por si próprios, não causam desastres/catástrofes – é a combinação de uma população ou comunidade exposta, vulnerável e mal preparada com um evento perigoso que resulta num desastre/catástrofe.*

*A alteração climática irá, portanto, afectar os riscos de catástrofe de duas formas, primeiro pelo provável aumento de fenómenos meteorológicos e climáticos perigosos, e em segundo lugar por aumentar a vulnerabilidade das comunidades a estes riscos, particularmente em consequência da degradação dos ecossistemas, redução da disponibilidade de água e alimentos e alterações dos seus meios de subsistência. A alteração do clima adicionará ainda outra pressão à degradação ambiental e rápido crescimento urbano, reduzindo a capacidade das comunidades lidarem até com os níveis já existentes dos perigos meteorológicos”. (Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes – ONU)*

A política de ordenamento do território, na sua expressão às várias escalas de intervenção, terá que ser ainda mais firme na decisão de não permitir criar maior exposição a estes perigos – nas áreas onde já se avalia a sua incidência, e onde a legislação atual já o determina – e terá que avaliar, com estudo fundamentado e ajustado à escala de intervenção, quais os níveis de precaução que permitem às comunidades enfrentar o futuro mantendo em aberto a capacidade de se adaptarem às diferenças de incidência dos perigos com a alteração do clima.

Os exemplos de boas práticas de adaptação na prevenção de riscos referem-se não só às medidas sectoriais como também a mecanismos de ponderação dos efeitos das AC nos processos de planeamento e design urbano, de infraestruturas, de desenvolvimento costeiro, etc., na ótica de construir um território sustentável e resiliente, não colocar elementos expostos nas áreas suscetíveis aos (novos) riscos, construir escolas e hospitais e outros equipamentos públicos em locais seguros, etc. (idem).

#### Alterações climáticas e territorialização de políticas sectoriais

Quando olhamos para os potenciais efeitos das alterações climáticas sobre os sistemas naturais e os sistemas agro-florestais, estamos a procurar avaliar a incidência territorial dos impactes estudados sector a sector – como tem vindo a ser desenvolvido no quadro dos Grupos de Trabalho da ENAAC -, e esta integração territorial tem que ser levada em linha de conta na avaliação de opções estratégicas de desenvolvimento regional e local e na conciliação das orientações relativas ao uso do solo com a aptidão do território “de hoje” mas também com a aptidão “pós-alterações climáticas”, se possível antecipando a flexibilidade necessária à adaptação dos sectores às condicionantes e às oportunidades que essa evolução representa.

A forma como as cidades se vão tornar mais resilientes às alterações climáticas depende igualmente da capacidade de adaptação dos diversos sectores, mas do ponto de vista territorial terá que se promover uma abordagem integrada ao metabolismo urbano e à ponderação das consequências das alterações climáticas no desenho e gestão

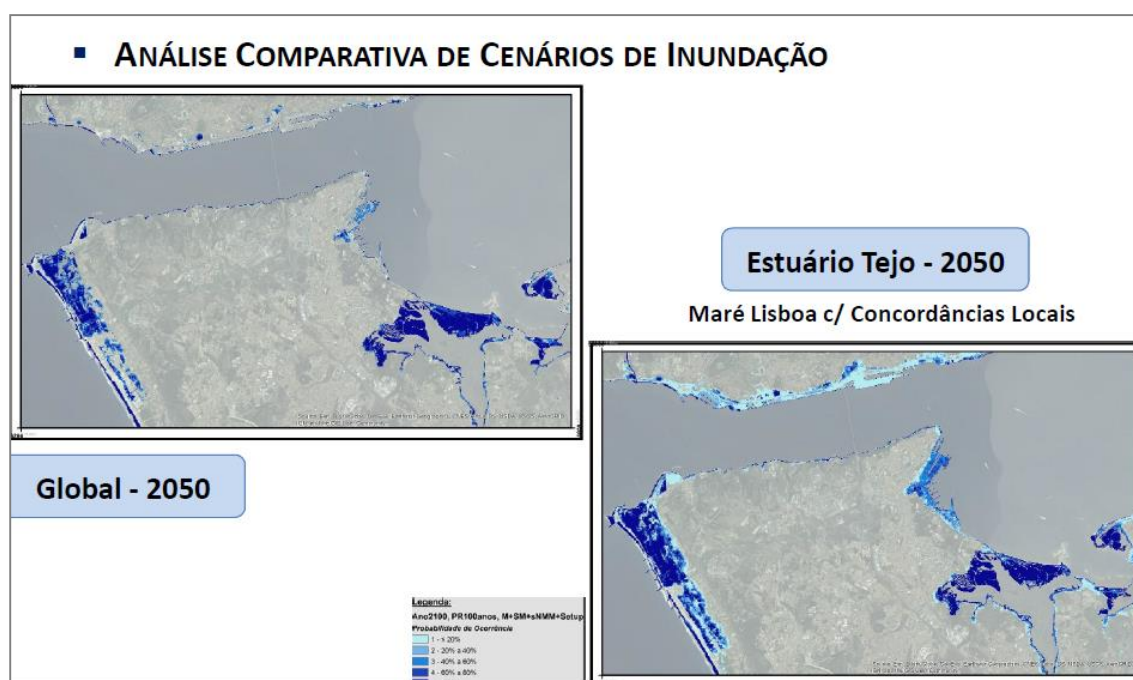
urbana, privilegiando soluções de maior flexibilidade de usos e atividades humanas, e uma maior atenção ao papel do espaço público para essa mesma resiliência urbana, em todas as suas vertentes (regulação climática e da poluição, ciclo da água, produção de alimentos, etc.)

As cidades têm sido protagonistas de pro-atividade na mitigação e adaptação às alterações climáticas, aderindo a programas como o Pacto de Autarcas que as levam a estudar a sua pegada energética e carbónica, os impactos das AC no seu território e comunidades e a promover planos de mitigação e adaptação de âmbito local.

Este é um dos domínios reconhecidos pela Agenda Urbana Europeia e pela Nova Agenda Urbana das Nações Unidas como fator fundamental da sustentabilidade das cidades, sendo promovida pelas entidades em causa a lógica da aprendizagem comum e da troca de experiências, através de redes de autoridades locais em torno desta temática por todo o mundo.

Todavia, não podemos esquecer que a “territorialização” dos cenários climáticos globais às várias escalas requer a aplicação de modelos cientificamente sólidos, a ponderação de opções relativamente aos cenários considerados e a ponderação dos níveis de incerteza associados a cada variável e a cada simulação.

A ponderação das opções de ordenamento e de planeamento do território acompanha necessariamente as várias fases de trabalho ao longo do desenvolvimento de um programa ou plano territorial, e a informação com que se trabalha tem que ser ajustada à escala de análise e às determinações do programa/plano.



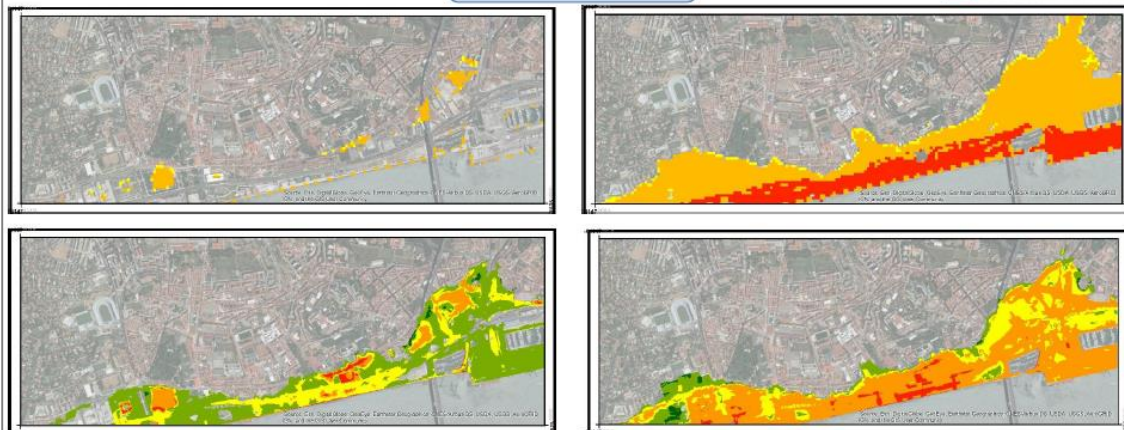


## ANÁLISE COMPARATIVA DE CARTAS DE VULNERABILIDADE

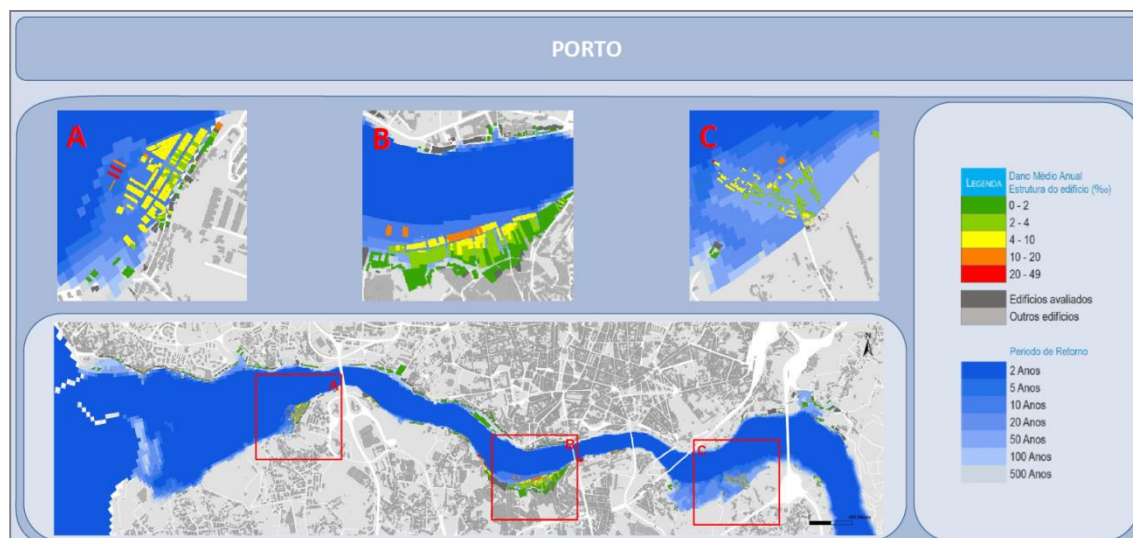
**Índice de Vulnerabilidade Costeira**

- 1 - Muito Baixo
- 2 - Baixo
- 3 - Moderado
- 4 - Alto
- 5 - Extremo

**Global - 2050**



**CM Lisboa - 2100**



## 5 Preparação das Agendas e das orientações para os IGT – trabalho colaborativo no âmbito da ENAAC

A reflexão realizada no âmbito do processo de alteração do PNPOT desenvolveu-se a par dos trabalhos da ENAAC, tendo sido realizado um exercício de articulação com os sectores, cuja síntese se passa a apresentar:

1. Quais os exercícios de planeamento, no âmbito dos diferentes sectores ENAAC, que requerem integração da adaptação às alterações climáticas e apresentam impacte territorial significativo?

Sector ENAAC	
BIODIV	O âmbito de atuação para integração da biodiversidade nas políticas sectoriais abrange planos e programas de diferentes escalas (nacional, supra-regional, regional, municipal, local), e decorre no âmbito de IGTs, planos de gestão de áreas classificadas da Rede Natura 2000 e planos de ação para espécies.

	<p>O plano de acção do GT BIODIV para o biénio 2017/2018 prevê 3 ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) elaborar - promover a abordagem às AC nos PROF, PEOT de áreas protegidas, planos de gestão de áreas classificadas da Rede Natura 2000 e execução e avaliação do plano de ação do Saramugo;</li> <li>2) Acompanhar - contribuir para a integração da adaptação da biodiversidade no âmbito da alteração do PNPT, no acompanhamento de planos e programas territoriais municipais, regionais, especiais e sectoriais e no plano de adaptação da gestão de recursos hídricos;</li> <li>3) definir e divulgar boas práticas em ligação com outros sectores (AGRI, FLORT, MAR), boas práticas nos IGT, rever metodologias de análise de incidências ambientais de planos e projectos, propor orientações para a avaliação ambiental estratégica e AIA.</li> </ol>
AGRI	<p>Estratégia de Adaptação da Agricultura e Florestas às Alterações Climáticas (EAFAC - Continente 20139)</p> <p>As duas medidas com expressão territorial do plano de trabalho AGRI-ADAPT 2020 são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- plano de adaptação da gestão dos recursos hídricos em cenário de AC para o sector agrícola;</li> <li>- Estratégia integrada para a gestão do risco.</li> </ul>
TRANS	<p>O setor dos transportes tem estado focado sobretudo no esforço da mitigação - só foi criado o GT na ENAAC 2020. Destaca-se a necessidade de consideração da adaptação às alterações climáticas no quadro da política de transportes no âmbito dos seguintes instrumentos de planeamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PETI 3+</li> <li>• Planos de Mobilidade e Transportes</li> <li>• Planos Diretores Municipais</li> <li>• PAMUS (Portugal 2020)</li> </ul>
TURISMO	<p>A ET 27 é o exercício de planeamento para o sector do turismo à escala nacional.</p> <p>O Clima e a Luz são aí definidos como ativos diferenciadores (clima temperado mediterrânico, ameno, com sol e luminosidade intensa grande parte do ano), e a sustentabilidade do(s) destino(s) e das empresas é assumida como um aspeto a melhorar.</p> <p>As alterações climáticas são consideradas uma das ameaças à estratégia de desenvolvimento preconizada.</p>
CONCLUSÕES	<p>Os planos sectoriais têm impacte territorial significativo.</p> <p>Os planos sectoriais têm impacte trans-sectorial - os mecanismos de governação intersectorial são fundamentais para a avaliação de impactes - positivos e negativos - cruzados.</p> <p>O Clima e o conhecimento sobre o clima e as alterações climáticas são importantes para os planos sectoriais.</p>

## 2. Quais os principais desafios da integração da adaptação nos diversos exercícios de planeamento?

Sector ENAAC	
BIODIV	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de documentos de base / orientadores - enquadramento teórico, identificação de medidas e soluções técnicas, com avaliação de custo/eficácia</li> <li>• Articulação intersectorial de medidas de adaptação</li> </ul>
AGRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimar a expressão territorial das necessidades / disponibilidades de água para a agricultura em cenários de AC;</li> <li>• Mapear riscos resultantes das condições meteorológicas, de solo, doenças e pragas;</li> <li>• Definir o modelo de integração dos resultados das medidas das EMAACs.</li> <li>• Estimar os efeitos da adoção de boas práticas no cálculo de cenários futuros</li> </ul>
TRANS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de sensibilização dos atores responsáveis pelo desenvolvimento de infraestruturas de transporte com longos períodos de vida útil, quer na fase de planeamento e projeto quer na fase de gestão.</li> <li>• Necessidade de desenvolver ou importar normas claras para a incorporação das exigências</li> </ul>

	das AC no planeamento, projeto e gestão de infraestruturas.
<b>TURISMO</b>	A eficiência energética, gestão racional da água e gestão eficiente de resíduos são metas de sustentabilidade a atingir e simultaneamente desafios sectoriais com impacte no cumprimento dos objetivos da estratégia para o turismo.
<b>CONCLUSÕES</b>	A disponibilidade de informação credível e fiável sobre as alterações climáticas, o seu impacte, boas práticas e avaliação custo/eficácia é fundamental para a integração do tema nos exercícios de planeamento sectorial e territorial. A consciencialização dos actores de cada sector sobre a importância das AC é uma necessidade crescente, para a sua adesão a novas abordagens.

3. Que tipo de instrumentos / ferramentas são mais necessários para a integração da adaptação no planeamento sectorial e territorial?

Sector ENAAAC	
<b>BIODIV</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cenários climáticos a escala adequada aos exercícios de planeamento</li> <li>• Modelação climática para variáveis determinantes para a biodiversidade e variáveis socioeconómicas</li> <li>• Incentivos e instrumentos financeiros para a concretização destas políticas</li> </ul>
<b>AGRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Informação da Qualidade e Produtividade do Solo</li> <li>• Sistema de Informação Centralizado de Avisos Agrícolas</li> </ul>
<b>TRANS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação das entidades do sector nas matérias da adaptação às AC</li> <li>• Instrumentos de financiamento qe promovam a adoção de estratégias e execução de ações de adaptação.</li> </ul>
<b>TURISMO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os IGT são relevantes.</li> <li>• Estudos específicos sobre o impacte das AC no sector</li> <li>• Ações de divulgação e informação para as entidades do sector, em particular os empresários do turismo.</li> </ul>
<b>CONCLUSÕES</b>	Os planos e programas territoriais são o palco mais importante da integração das AC e das políticas e planos sectoriais. Os sistemas de informação e alerta, o conhecimento científico aplicado e os instrumentos financeiros são meios de viabilização das boas políticas e boas práticas, nos vários sectores e às várias escalas.

## 6 Alterações climáticas na proposta do PNPOT – caracterização

As entidades que integram a AT-OT participaram ativa e diretamente nos trabalhos da elaboração do PNPOT, nomeadamente pela coordenação (DGT) e participação (APA) na equipa técnica, na Rede de Pontos Focais (APA) e na Comissão Consultiva (ANMP).

A temática da adaptação foi assumida como transversal / não sectorial no quadro do PNPOT, tendo sido desenvolvida:

No Diagnóstico, de forma integrada com os diversos sectores temáticos<sup>2</sup>, identificando-se o impacte presente e potencial das alterações climáticas sobre o sector e as tendências esperadas;

<sup>2</sup> Em particular nos vários temas dos capítulos Recursos naturais e sustentabilidade ambiental e Agricultura, floresta e atividades no espaço rural.



- No desenvolvimento da Estratégia, as mudanças ambientais e climáticas foram uma das 4 mudanças críticas e forças de tendência analisadas, concorrendo para a identificação dos desafios territoriais que constituem as linhas de orientação estratégica do Programa;
- As alterações climáticas foram consideradas no desenho do mapa de vulnerabilidades críticas que integra o Modelo Territorial do PNPOT, nomeadamente para o mapeamento da suscetibilidade à inundação fluvial e costeira e perigosidade de incêndio rural, com base em estudos específicos da FCUL e projeto CIRAC.
- As medidas constantes do Programa de A  o integram, quando pertinente, a consideração dos objetivos de adaptação às alterações climáticas (alinhados com a ENAAC 2020), particularmente no domínio natural (1.1 – recurso água, 1.2 – recurso solo; 1.3. – biodiversidade; 1.4 paisagem; 1.6 – floresta; 1.9 – ambiente urbano e espaço público) e uma medida específica orientada para a prevenção dos riscos e adaptação do território às alterações climáticas (1.7). Nos restantes domínios foi também integrada a necessária consideração da adaptação às alterações climáticas, designadamente:
  - Domínio Social: 2.2. – habitação;
  - Domínio econ mico: 3.1 – agricultura; 3.3 – turismo; 3.12 – silvicultura;
  - Domínio da conectividade: 4.1 – infraestruturas ambientais e de energia; 4.2 – conectividade ecológica; 4.4 – infraestruturas de transporte;
  - Dom nio da governança: 5.1 – informação geográfica; 5.5 – solu  es inovadoras; 5.7 – política urbana colaborativa; 5.8 – articulação rural-urbana; 5.8 – articulação interurbana e de subsistemas territoriais
- A adaptação  s altera  es climáticas   referida nas Diretrizes para os programas e planos intermunicipais, programas regionais de ordenamento do território, planos diretores municipais, planos de urbaniza  o e planos de pormenor.

As estruturas de monitorização, operacionaliza  o e consulta previstos no modelo de governança para a implementação do PNPOT permitir o manter um elevado nível de articulação das políticas nacionais de ordenamento do território e das políticas nacionais sectoriais com expressão territorial com a política nacional de adaptação às alterações climáticas, ao prever:

- A criação do observatório nacional de ordenamento do território e urbanismo e a produção regular de relatórios de estado do ordenamento do território de âmbito nacional, com a publicação do relatório-base em 2020, onde as matérias relacionadas com as alterações climáticas seguirão (e poderão desenvolver) a abordagem iniciada no diagnóstico da alteração do PNPOT;
- A manutenção do Forum Intersectorial como estrutura de suporte   operacionalização do programa de a  o e implementação da estratégia e modelo territorial assumidos no Programa;
- O acompanhamento da implementação do Programa por órgãos de consulta de âmbito governamental (Conselho de Concertação Territorial), de aconselhamento ao Governo (CNADS), de expressão dos interesses sectoriais, profissionais, corporativos e de cidadania (Comissão de Acompanhamento), CNT e CSOP. Prevê-se ainda que possam constituir-se plataformas de articulação de políticas sectoriais com o PNPOT, envolvendo simultaneamente os sectores da Administração Pública e os interesses sectoriais.

**Modelo de governança para a implementação do PNPOT**

